

OS CRIMES DA ETNOGRAFIA

CONSIDERAÇÕES SOBRE MÉTODO E EXPERIENCIAÇÃO NAS PRÁTICAS DE PESQUISA ANTROPOLÓGICA SOBRE VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE

ANTONIO BARBOSA

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

KARINA BIONDI

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

BRÍGIDA RENOLDI

UNIVERSIDAD NACIONAL DE MISIONES

**LOS DELITOS DE LA ETNOGRAFÍA. CONSIDERACIONES SOBRE EL MÉTODO
Y LA EXPERIENCIA EN LA PRÁCTICA DE LA INVESTIGACIÓN
ANTROPOLÓGICA SOBRE LA VIOLENCIA Y LA CRIMINALIDAD**

Somos gratas a Esteban Rodríguez Alzueta pelo convite a contribuir com o dossier, e à Rede de Etnografia e Antropologia entre o Legal e o Ilegal (REALI), que vem nos dando a força e o entusiasmo para aprimorar e multiplicar nossos debates. E, finalmente, agradecemos a Guido Diblasi por colaborar com o trabalho de formatação do texto.

PALAVRAS CHAVES: metodología | crime | etnografía
PALABRAS CLAVES: metodología | delito | etnografía

RECIBIDO: 16/6/21
ACEPTADO: 10/8/21

Resumo

Neste artigo propomos algumas reflexões sobre aspectos metodológicos da pesquisa antropológica, particularmente considerando os trabalhos que se inscrevem no campo temático da *violência, da segurança* e da *criminalidade*. A argumentação desenvolvida se distribui em torno das seguintes questões: (1) quais são os limites da pesquisa antropológica, particularmente considerando nossa área de estudos, diante das demandas pelo diálogo e participação dos trabalhos acadêmicos na formulação de políticas públicas?; (2) quais são as potencialidades relacionais trazidas pelo trabalho de campo e em que medida isso afeta nossas escolhas metodológicas? e (3) existem particularidades e diferenças metodológicas marcantes entre as pesquisas sobre criminalidade e violência e aquelas oriundas dos demais campos da pesquisa antropológica? O texto possui um formato híbrido, intercalando reflexões de caráter analítico com relatos sobre algumas de nossas experimentações e caminhadas no "campo". Através das reflexões teóricas e relatos de experiências, pretendemos aprofundar essas linhas de problematização.

Resumen

En este artículo proponemos algunas reflexiones sobre aspectos metodológicos de la investigación antropológica particularmente considerando los trabajos que se inscriben en el campo temático de la violencia la seguridad y la criminalidad. La argumentación desarrollada se distribuye en torno a las siguientes cuestiones: 1) Cuáles son los límites de la investigación antropológica, particularmente considerando nuestra área de estudios frente a las demandas de diálogo y participación de los trabajos académicos en la formulación de políticas públicas? 2) Cuáles son las potencialidades relacionales traídas por el trabajo de campo y en qué medida esto afecta nuestras elecciones metodológicas? y 3) Existen particularidades y diferencias metodológicas marcantes entre las investigaciones sobre criminalidad y violencia y aquellas oriundas de los demás campos de la investigación antropológica? El texto posee un formato híbrido, intercalando reflexiones de carácter analítico con relatos sobre algunas de nuestras experimentaciones y caminatas en el "campo". A través de las reflexiones teóricas y relatos de experiencias pretendemos profundizar en estas líneas de problematización.

“There’s a difference between knowing the path and walking the path. Morpheus, *The Matrix*”

—Lana Wachowski, *The Matrix: The Shooting Script*

Neste artigo, propomos algumas reflexões sobre aspectos metodológicos da pesquisa antropológica, particularmente considerando os trabalhos que se inscrevem no campo temático da *violência* e da *criminalidade*, duas expressões que provocam não poucos desconfortos pelo leque semântico que comportam. A primeira, híbrida entre esforço conceitual e acusação moral; a segunda, aglutinadora de tudo aquilo que o Estado rejeita em favor do bom funcionamento social dentro de uma comunidade nacional.

Partimos do entendimento que a etnografia (tomada tanto como prática de pesquisa quanto como texto) é esquiva a enquadramentos preliminares sobre os assuntos a pesquisar. É na trama de relações certamente imprevisíveis por qualquer método que o trabalho etnográfico contribui ao relato de diversos modos de existência e de conhecimento.

Optamos neste texto por um formato híbrido, intercalando reflexões de caráter analítico com relatos sobre algumas de nossas experimentações e caminhadas no “campo”. Cada uma das autoras e o autor contribuíram escrevendo uma das histórias. A argumentação desenvolvida no artigo se distribui em torno das seguintes questões: (1) quais são os limites da pesquisa antropológica, particularmente considerando nossa área de estudos—sobre criminalidade, violência e segurança pública—diante das demandas pelo diálogo e participação dos trabalhos acadêmicos na formulação de políticas públicas?; (2)

quais são as potencialidades relacionais trazidas pelo trabalho de campo e em que medida isso afeta nossas escolhas metodológicas? e (3) existem particularidades e diferenças metodológicas marcantes entre as pesquisas sobre criminalidade e violência e aquelas oriundas dos demais campos da pesquisa antropológica? Através das reflexões teóricas e relatos de experiências pretendemos aprofundar essas linhas de problematização. Vamos iniciar, apresentando brevemente, algumas mudanças que hoje experimentamos em nossas práticas de pesquisa em razão das mutações nas formas de trabalho e de comunicação.

Pesquisas colaborativas

Devemos observar que as transformações experimentadas nos últimos anos impactam diretamente nas maneiras de criação e conformação de relações sociais e, conseqüentemente, no “fazer” das ciências humanas e sociais. A recente pandemia veio potencializar ainda mais esse quadro, marcado por diversas mutações ocorridas nas últimas décadas: nas relações de trabalho e produção (sob a égide da precarização, desemprego e terceirização da força de trabalho); no esvaziamento dos controles e direcionamentos dos fluxos financeiros e mercadológicos do capital por parte dos Estados-nacionais (em consonância com o aparecimento de novos mecanismos estatais e paraestatais voltados para o controle capilarizado da população); na expansão exponencial do *e-commerce*, dos aplicativos de serviços e das redes de relacionamento virtuais, entre muitos outros deslocamentos significativos que têm redesenhado nossas paisagens existenciais e afetado os modos de subjetivação.

Evidentemente, isso atinge a maneira como fazemos pesquisa, tanto considerando o desfinanciamento da ciência na região quanto as

transformações subjetivas e relacionais que experimentamos em um contexto no qual o “campo” passa cada vez mais a incluir aspectos imateriais, assim como outras temporalidades e territorialidades. Hoje, é praticamente impossível não considerar no estudo de um determinado grupo ou coletivo aquilo que se passa nas redes sociais nas quais seus membros participam. Têm sido desenvolvidas reflexões metodológicas sobre pesquisas em ambientes ditos “virtuais” (Escobar, 2005); no caso da pesquisa em antropologia, através de sucessivas aproximações e deslocamentos dos traços tidos como essenciais para a definição do trabalho de campo: imersão prolongada, observação participante, registro de informações, etc.

Uma outra transformação que nos afeta nos tempos atuais refere-se à distinção entre pesquisas “situadas” e “multi-situadas”—um assunto que já vem sendo explorado pela reflexão antropológica nas últimas décadas (Marcus, 2001, 2011; Ferguson, 2011). Tal distinção é uma estabilização sempre provisória e parcial, sustentada a partir de pressupostos heurísticos que permitem recortar um determinado “campo”¹; seja recorrendo ao imaginário “insular” que inspirou as ficções “modernas” do trabalho de campo em antropologia, a partir dos anos 20 do século passado; seja acionando uma terminologia da fluidez e do hibridismo, como nos trabalhos dos anos 90 marcados pela égide da “globalização” (Hannerz, 1997). Mas, de maneira geral, podemos acompanhar atualmente um interesse crescente, expresso por diversos grupos de pesquisa, em desenvolver pesquisas multi-situadas—notadamente voltadas para o acompanhamento de assuntos que atravessam às marcações fronteiriças, locais ou nacionais, políticas ou simbólicas—ou mesmo como escolha metodológica prévia, para fazer

¹ Sobre a noção de “campo” na antropologia, ver Gupta e Ferguson, 1997.

aparecer determinado “objeto de pesquisa” em toda sua amplitude relacional (Grillo, 2019). Junte-se a isso, o interesse em fazer uso de diversas “técnicas” ou “métodos” de pesquisas, qualitativos e quantitativos numa mesma pesquisa, sendo a observação participante uma dentre outras. Indo além, também podemos mencionar o interesse em congregar especialistas de diversas áreas acadêmicas: em alguns casos, ainda dentro dos saberes das ciências humanas (estatística, sociologia, antropologia) (Feltran, 2019); em outros, associando biólogos, geólogos e antropólogos em um mesmo esforço elucidativo (Tsing, 2019). E, por fim, no que não esgota as possibilidades de abertura e conexão entre saberes, a interlocução acadêmica com organizações da sociedade civil e organismos governamentais que desenvolvem atividades de levantamento de dados e coleta de informações, armazenamento, tratamento e publicização (Hirata *et al.*, 2021), o que podemos chamar de pesquisas colaborativas².

Assim, são muitas as possibilidades hoje abertas para o encaminhamento das investigações acadêmicas em nossa área de atuação e seria inviável, nos limites deste artigo, escrutinar cada uma delas. Optamos, contudo, por destacar certas características das pesquisas etnográficas e, assim, discutir determinados pontos que consideramos centrais. Iniciaremos, portanto, estreitando o foco para

² A opção pela composição de projetos de pesquisa fazendo uso de diversas técnicas de pesquisa parece se apresentar como uma alternativa para abrir linhas de diálogo com os organismos governamentais—sejam quais forem as esferas do poder e instituições da administração pública visadas. Dando proeminência aos dados quantitativos, como, por exemplo, no chamado “ativismo de dados” (Padovani e Massarolo, 2018; Bruno *et al.*, 2014; Rivoir y Morales, 2019), o trabalho etnográfico, quando previsto em determinada etapa da pesquisa, passa a ocupar uma posição interna, respondendo pela criação dos campos de problemas que irão, posteriormente, fundamentar a formulação dos instrumentos quantitativos de aferição. Os resultados, para produzirem efeitos e demandarem ações de governo, para adquirirem visibilidade na grande mídia, normalmente buscam assumir um aspecto numérico a partir do tratamento estatístico (termos, não custa lembrar, cuja etimologia remete aos saberes de Estado) ou a forma de relatórios cursivos.

tocar em alguns problemas que afetam diretamente a prática etnográfica.

Marginal

Existem muitos contrassensos na caracterização da pesquisa etnográfica e talvez fosse necessário um cuidado maior quando do uso do termo “etnografia”. Uma das perguntas que se colocam neste caso é se o trabalho de campo intensivo é uma “técnica” de pesquisa ou um “método”. Como assinala Goldman: “Podemos imaginá-lo, por exemplo, como uma simples *técnica*, ou seja, como a obtenção de informações que, de direito, embora talvez não de fato, poderiam ser obtidas de outra forma (é isso que parece ocorrer na mencionada “antropologia da varanda”); ou podemos definir o trabalho de campo como *método*, o que implica que as informações só poderiam ser obtidas dessa forma. No entanto, poderíamos também seguir Lévi-Strauss e dizer que são as próprias características epistemológicas da disciplina que exigem a experiência de campo” (Goldman, 2006: 29—grifos do autor).

Quais seriam estas características epistemológicas da antropologia? A resposta se apresenta condensada na fórmula de Lévi-Strauss: “enquanto a sociologia se esforça em fazer a ciência social do observador, a antropologia procura, por sua vez, elaborar a *ciência social do observado* (...)” (2003: 404—grifo nosso). Esse interesse, que singulariza a antropologia, recebeu outros nomes, que variam de acordo com a perspectiva analítica dos autores: filosofia indígena (Clastres, 2008), mentalidade (Malinowski, 2018), interpretação (Geertz, 1989), antropologia reversa (Wagner, 2019), antropologia simétrica (Latour, 1994), prática de produção de conhecimento (Strathern, 2006).

Desta maneira, não é um objeto de estudo próprio que define a disciplina, mas uma abordagem, uma perspectiva que, fazendo ou não o uso de diversas técnicas de pesquisa (entrevistas, coleta de histórias de vida, análise do discurso, análise documental, etc.), não pode prescindir de uma experiência de descentramento facultada pela participação continuada junto àqueles com quem se pretende fazer ou se faz a pesquisa (daí, por um lado, a relevância da observação participante e, por outro, seu entendimento variável entre “técnica” e “método”). Uma experiência compartilhada de vida (evidentemente, dentro dos marcos temporais que condicionam a pesquisa), uma coexistência em termos das afecções experimentadas (Favret-Saada, 2013), um “caminhar com” (Ingold, 2015: 70-95)—a abertura para compor as escolhas de método na medida em que se desenvolve a pesquisa (para recuperar o sentido de metodologia como um “saber sobre o caminho”): “Ou seja, se, como pretende Herzfeld (2001: 3-5), a característica da antropologia é a investigação daquilo que é ‘marginal’ em relação aos centros de poder, é preciso admitir que uma tal marginalidade poderia localizar-se não apenas nos próprios fenômenos, mas também, e talvez principalmente, na perspectiva sobre eles” (Goldman, 2006: 37).

Assim, a etnografia tem esse aspecto intrinsecamente “marginal”, quaisquer que sejam os objetos de investigação. A pesquisa do próprio Herzfeld sobre burocracia na Grécia (1992) é um exemplo, assim como trabalhos de outros autores, sobre outros assuntos (Latour e Woolgar, 1986; Riles, 2000; Palmeira e Heredia, 2010).

O primeiro de nossos relatos também exemplifica esse aspecto “marginal”, quando a experiência vivida na sala de espera, enquanto uma equipe de pesquisa aguardava a pessoa que seria entrevistada, foi

tão ou mais importante, para os resultados da pesquisa, do que a própria entrevista. Passemos a ele.

A espera

Depois de alguns anos estudando pessoas praticantes de atividades criminalizadas, decidi investir na pesquisa sobre o Pacto Pela Paz (PPP), política pública que visa a redução da violência e um dos principais programas de governo do Estado do Maranhão. Eu estava há poucos meses no Maranhão, Estado brasileiro situado na região Nordeste e que faz fronteira com a região Norte, fazendo parte, inclusive, da Amazônia Legal. Chamava minha atenção o logotipo do Pacto Pela Paz impresso nos carros de polícia e a grande publicidade que se fazia a seu respeito. Inicialmente, estudei os documentos públicos acerca do programa: notícias sobre sua implementação, legislação pertinente, entrevistas de autoridades, publicidade oficial, relatórios de governo.

A partir desse conjunto documental, verifiquei que a ideia geral do programa era conjugar Direitos Humanos e Segurança Pública, a fim de diminuir os índices de violência por meio da implementação de uma "cultura de paz". Isso se expressa na sua própria formação: oficialmente, de acordo com a lei de sua instituição, o Pacto Pela Paz é coordenado por duas instâncias, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e o Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública, com o suporte dos relatórios e diagnósticos produzidos pelo IMESC (Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos) e dos Conselhos Comunitários pela Paz (CCPs), de atuação distrital, formados por membros do poder público e sociedade civil.

Com base nisso, inferi que o programa teria relativa autonomia em relação aos órgãos de segurança e que suas ações eram tecnicamente embasadas nos relatórios do IMESC e orientadas pelas demandas provenientes dos CCPs. Deduzi também que, dada a publicidade e centralidade do PPP, ele contaria com grande equipe, trabalhando em um edifício próprio, com espaço amplo e boa infraestrutura. Era isso que eu esperava ver na minha primeira visita ao órgão, em companhia de três alunos que faziam parte de minha equipe de pesquisa³.

Essa imagem que eu tinha na minha mente já começou a se desfazer quando, ao agendar a visita, soube que o gabinete do Pacto Pela Paz funcionava dentro do prédio da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Ele não tinha, portanto, uma sede própria que expressasse relativa independência dos trabalhos. Quando chegamos ao prédio da Secretaria, após registrarmos nossa entrada na recepção, fomos orientados a subir as escadas e entrar na sala à direita. Uma pequena placa identificava o PPP. A visibilidade e centralidade que o programa tinha para o público não correspondia à que lhe era destinada dentro do prédio.

Entramos, então, em uma sala pequena que comportava sete mesas, com respectivos computadores e cadeiras, uma impressora, uma televisão de tubo, alguns armários e quatro assentos, provavelmente destinados a acomodar eventuais visitantes. Chamou minha atenção o aspecto antigo dos móveis e a quantidade de papéis, que ocupavam todos os espaços possíveis

³ A pesquisa em questão recebeu apoio financeiro da FAPEMA (Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão), por meio do Edital Universal de 2018, e que os membros da equipe de pesquisadores de Iniciação Científica receberam bolsas do Programa PIBIC da Universidade Estadual do Maranhão.

das mesas e estantes, mas também afixados nas paredes. Fomos recebidos por um dos funcionários que estava no local e orientados a nos sentarmos naqueles assentos que ficavam perto da porta. Após alguns telefonemas, esse funcionário informou que a pessoa com quem conversaríamos havia atrasado em função de um imprevisto nas atividades externas que executava naquele dia, mas que não demoraria muito a chegar. Aproveitamos a espera para observar o ambiente, o trabalho daqueles funcionários e o fluxo de pessoas, assim como para conversar informalmente com alguns deles.

Ficamos sabendo que aqueles funcionários— todos homens— eram policiais que estavam em atividades administrativas, mas que já haviam trabalhado nas ruas anteriormente. Logo lembrei que, em São Paulo, meu Estado natal, é muito comum que policiais afastados das ruas por alguma atividade irregular ou por estarem respondendo processo povoem as áreas administrativas. Eram vistos, muitas vezes, como policiais problemáticos. Entretanto, essa comparação não se mostrou pertinente. Ao longo da conversa informal, quando falávamos sobre o curso que cada um dos estudantes fazia na Universidade, soubemos que todos os funcionários que trabalhavam naquele gabinete tinham ensino superior: um em história, outro em direito, outro em gestão de pessoas... Disseram que essa formação intelectual diferenciava aquela equipe e a habilitava a atuar no PPP. Esse aspecto, ressaltado diversas vezes durante nossa visita, dava a entender que ali estava reunida algo como a elite intelectual das polícias civil e militar do Estado do Maranhão.

Um quadro de avisos perto da entrada da sala chamou nossa atenção. Por entender que um ambiente policial é repleto de sigilos, perguntei se poderíamos ver o quadro mais de perto, ler os avisos afixados, o que foi autorizado. Papéis parcialmente sobrepostos misturavam diversos assuntos: convites para “Ações Sociais” em algumas comunidades, a letra de uma canção gospel, circulares internas, portarias, lista atualizada dos Conselhos Comunitários pela Paz, convite para um culto ecumênico de Dia das Mães, uma espécie de leque de papel com os dizeres “respeito à religiosidade”, convocação para reuniões, uma lista de boas condutas a serem seguidas pelos agentes, relação de aniversariantes, um grande cartaz com o Salmo 91.

Mais ao lado, preso à parede, havia um chamativo quadro, grande e emoldurado, que reproduzia o marcador bíblico que era entregue a alguns visitantes do gabinete e participantes do programa. Na parte superior do marcador, a frase “Ore pela Segurança Pública” aparecia em destaque, seguida das logomarcas do Pacto Pela Paz e dos Conselhos Comunitários. No centro, em destaque, estava estampado um excerto de uma passagem bíblica “...procura a paz e empenha-te por alcançá-la” (Salmos 34:14b). Na parte inferior do quadro, em letras menores, estavam impressos alguns telefones úteis: Coordenação Geral do PPP, Polícia Militar, Superintendência Estadual de Investigações Criminais, Bombeiros e Patrulha Maria da Penha. Além de ser distribuído como material de divulgação a alguns visitantes do gabinete (nós mesmos recebemos um), o marcador que o quadro reproduzia acompanhava uma bíblia que era entregue no ato de posse dos Conselheiros Comunitários pela Paz.

Elementos religiosos, especificamente cristãos, marcavam o ambiente. Um grande quadro com a imagem de Jesus Cristo e um crucifixo decorava uma das paredes, ao lado da foto do Governador do Estado (integrante do Partido Comunista do Brasil) e de um banner com a identidade visual do PPP. Em algumas mesas, objetos com símbolos religiosos dividiam espaço com papéis empilhados.

Das sete estações de trabalho que dividiam aquele espaço, quatro mesas, as que estavam mais ao fundo da sala, eram identificadas com plaquinhas onde se lia "área leste", "área norte", "área sul" e "área oeste". Logo atrás delas, encostado na parede do fundo, havia um arquivo de metal contendo quatro grandes gavetas com as mesmas identificações. Parecia um registro visual da dinâmica organizacional do PPP, tal como disposto nos documentos sobre o programa. Perguntei a um dos funcionários que conversavam conosco se aquelas identificações correspondiam à divisão administrativa do PPP. Ele respondeu que as quatro áreas dividem a região metropolitana de São Luís, cada uma possui um responsável no comando organizacional do PPP, e que aquela subdivisão seguia a forma de organização interna da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Militar. Ainda segundo ele, essa forma de divisão da cidade orientava o modo como os Conselhos Comunitários Pela Paz se articulavam aos Batalhões da Polícia Militar e às delegacias de Polícia Civil. Como o programa, segundo o que prevêem seus documentos normativos, consiste em uma política pública voltada para abarcar toda a extensão do Estado do Maranhão, perguntei como funcionava essa divisão fora da região da Grande Ilha de São Luís. O policial explicou, então,

que o PPP ainda estava em fase de expansão para o interior do Estado e que a divisão administrativa do programa no interior era idêntica à das políticas civil e militar, segundo a qual o Estado é dividido em cinco mesorregiões: Norte, Oeste, Centro, Leste e Sul. Ficamos sem saber, contudo, por que a divisão administrativa da capital se manifestava na disposição dos móveis da sala, mas a divisão do interior do Estado não nos era visível da mesma forma.

De modo semelhante, chamou minha atenção a ausência, naquele ambiente, do que deveria ser outro ator central no programa: a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular. Se nas leis que o criam e regulamentam, o PPP deveria ser coordenado igualmente pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e pelo Gabinete de Gestão Integrada da Segurança Pública, apenas o último se mostrava presente. A esse respeito, os funcionários ressaltaram que a formação e perfil deles são condizentes com o objetivo central do programa, de aliar segurança pública e direitos humanos. Para eles, segurança pública é muito mais do que ação policial, pois abarca “direitos sociais como um todo” e, principalmente, “diálogo com a sociedade”. Destacaram que, nas reuniões mensais dos Conselhos Comunitários pela Paz com o Comandante do Batalhão da Polícia Militar de sua respectiva área, os problemas debatidos incluem questões sobre educação e saúde. Além disso, afirmaram, demonstrando certo orgulho, que aos sábados é comum fazerem visitas às comunidades mais carentes, geralmente em “ações sociais”. Mostraram-nos algumas fotos e panfletos de divulgação dessas ações, e um deles afirmou: “onde o poder público não

chega, nós chegamos. Onde há mais famílias carentes, é lá que o Pacto pela Paz está”.

Isso me fez pensar que, ao invés de atuar em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, os agentes de segurança expandiram suas atribuições para o que entendem ser “Direitos Humanos”. “O Pacto pela Paz é a junção de todos os outros programas voltados para o bem estar social” certamente foi a frase que melhor verbalizou essa postura.

Nesse momento da conversa, uma senhora chegou ao gabinete para fazer uma queixa de animais abandonados em sua comunidade, buscando o apoio do programa para uma campanha. Quase junto com ela, chegou o coordenador com quem havíamos agendado a visita, colocando fim àquela inusitada experiência de uma etnografia na sala de espera.

O relato acima mostra como antropólogas, durante o campo, se abrem às surpresas, às incertezas, às trivialidades, em suma, ao que facilmente se classificaria como marginal nas atividades de coleta de dados. Essa atitude de pesquisa é, contudo, coerente com a perspectiva que singulariza a antropologia, mencionada acima, tornando central o que, antes, era considerado marginal: as vidas, as emoções, as reflexões, as ações que realizam o fenômeno estudado. Afinal, o inesperado é povoado por essas marginalidades.

No início do século passado, Malinowski (2018) já pontuava essa questão, destacando como uma das características do trabalho de campo a atenção não ao espetacular, mas às trivialidades e os imponderáveis da vida social. Por isso, criticava o que denominou

“antropologia de orelha” ou “antropologia do ouvi dizer”: “Quando se pergunta a um nativo o que faria nesse ou naquele caso, ele diz o que *deveria* fazer, apresenta o modelo da melhor conduta possível” (Malinowski, 2003: 92). Por outro lado, o trabalho de campo torna possível acessar o comportamento da “vida real”, a “conduta espontânea raramente formulada, se é que algum dia já foi” (Malinowski, 2003: 92).

Como resultado dessa postura, uma pesquisa antropológica sobre um programa de política pública, como a que produziu o relato acima, não consiste em listar informações oficiais e nem pretende responder se ele é ou não efetivo. Diferentemente, seu objetivo é descrever, por meio de aspectos que são, inicialmente, marginais (aos centros de poder, à legislação, às macropolíticas), como o programa se efetiva.

O divisor Nós/Eles

Vamos desenvolver, em seguida, o segundo campo de problemas apontado na introdução: as potencialidades relacionais trazidas pelo trabalho de campo e o impacto disso em nossas escolhas metodológicas.

Na pesquisa etnográfica, por reflexões metodológicas geralmente nomeamos um esforço descritivo, analítico e avaliativo sobre as condições de possibilidade e produção do trabalho de campo e, posteriormente, quando da composição do texto etnográfico. Isso está relacionado ao que Malinowski (2018: 57) chama de sinceridade metódica: descrever “as condições sob as quais as observações foram feitas e a informação foi colhida”, separando claramente, “por um lado, os resultados da observação direta e de afirmações e interpretações

nativas e, por outro, as inferências do autor, baseadas em seu senso comum e na perspicácia psicológica”. Geralmente, esse *making of*, os bastidores da pesquisa e da escrita, situa-se na parte introdutória de nossas etnografias. Tais considerações remetem diretamente ao grande divisor “Nós/Eles” (ou, em formato antigo, “primitivos/civilizados”) que, junto com os divisores “Indivíduo/Sociedade” e “Natureza/Cultura”, tem servido há muito tempo como eixo de articulação de nossas discussões teóricas, mesmo que tais divisores não se apresentem de maneira explícita (Goldman e Lima, 1999; Clastres, 2008; Viveiros de Castro, 2002; Latour, 1994).

Por metodologia podemos entender um esforço de teorização da relação “nós/eles” condicionado pelos aspectos práticos de cada pesquisa. É a partir das particularidades, das idiossincrasias, das inconstâncias de cada “campo” que se abre a possibilidade de teorização em torno do grande divisor. Lembremos da etimologia da palavra “metodologia”: um saber sobre o caminho ou, já embutindo um juízo valorativo, um saber sobre o melhor caminho. Um caminho que nos leva de nós a eles (considerações sobre a preparação prévia e a entrada no campo); um caminho feito ao lado ou junto deles (considerações sobre as relações estabelecidas durante o trabalho de campo); um caminho que talvez permaneça aberto mesmo após o término do trabalho de campo, em razão dos pactos e compromissos firmados, do interesse em prosseguir com a pesquisa em uma nova chave, ou de vínculos afetivos que emergem de tais encontros.

Ainda sobre esse assunto, não custa lembrar das complexas relações entre antropologia e colonialismo que, de certa maneira, perduram até hoje. Como assinalam os historiadores da disciplina (“meta-etnógrafos”), as etnografias não serviram, propriamente, como

instrumento direto para a redefinição e aplicação das políticas administrativas coloniais (Asad, 1991). Seus efeitos de poder, ainda que não restritos somente aos círculos acadêmicos, se distribuíam em várias linhas, com a proeminência da projeção de imagens da alteridade que produziam, como movimento reverso, o desbalanceamento das convenções culturais do observador (de seus pares, na academia, e de seus leitores).

No período “clássico” da disciplina, a marca colonial era costurada por dentro do texto: com o apagamento do contexto macropolítico que informava a pesquisa, a entrada e permanência no campo; com o encobrimento das transformações sociais em curso, congelando o espaço-tempo em proveito de um novo estilo discursivo, o “presente etnográfico”; com a redistribuição do divisor “nós/eles” em torno de um relativismo cultural cuja pretensa simetria encobria o “racismo”; com o achatamento das subjetividades “nativas” em prol da construção da figura patriarcal do “Homem de Ciência”. Os abalos reflexivos que se seguiram a partir dos anos 60, e que nas décadas subsequentes ganham força e amplitude—basta lembrar das críticas anti-coloniais, da crítica “pós-moderna” à autoria/autoridade no texto etnográfico, das críticas feministas—abriram caminho para que hoje os antropólogos possam assumir posicionamentos políticos e éticos diretamente comprometidos com seus interlocutores, como veremos a seguir.

Reflexividades

Devemos assinalar que a “situação etnográfica” evoca um estado de autorreflexão e vigilância epistemológica e ética por parte dos pesquisadores, juntamente com o exame dos posicionamentos políticos assumidos. E tais planos—epistemológico, político e ético—incidem uns

sobre os outros de maneira contínua. Como ressalta Bruce Albert, no *Postscriptum* intitulado “Quando eu é um outro (e vice-versa)”, ao término do livro “A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami”: “A partir do caos perturbador dessa nova experiência e através dos meus esforços para lhe dar sentido, três imperativos indissociáveis do trabalho etnográfico começaram a se tornar claros. Em primeiro lugar, evidentemente, fazer justiça de modo escrupuloso à imaginação conceitual de meus anfitriões; em seguida, levar em conta com todo rigor o contexto sociopolítico, local e global, com o qual sua sociedade está confrontada; e, por fim, manter um olhar crítico sobre o quadro da pesquisa etnográfica em si” (Kopenawa e Albert, 2015: 520).

Tomemos uma discussão que podemos situar no plano epistêmico para acompanhar alguns efeitos dessas imbricações. É comum representar a experiência etnográfica como um trabalho de tradução, como uma modalidade de diálogo condicionada pela “tradutibilidade”. Mas traduzir o quê e para quem? E com que propósitos? Bruce Albert recorre à figura do “truchement” (turgimão, em português) para deslocar as assimetrias de poder constitutivas do par nós/eles⁴. Ao pensar sua própria posição como tradutor, Albert desloca o foco do “eu” do pesquisador/narrador para realçar a posição de seus “anfitriões”. Não se trata de enfatizar como era de praxe entre os “modernos”, as maneiras como se consegue ganhar a confiança de seus “informantes”, desenvolver a “investigação” etnográfica, ter acesso às “informações”; em resumo, não se trata de dizer que os resultados da pesquisa, quando apresentados no texto, estão previamente

⁴ Essas personagens eram jovens e meninos apanhados nos portos franceses e trazidos para servir de intérpretes quando das transações entre Tupinambás e exploradores. Eram deixados nas aldeias no período entre expedições, ou mesmo definitivamente, para que pudessem aprender a língua e assim servir como tradutores (Meunier, 1999).

legitimados pela descrição do processo de aceitação do pesquisador pelo grupo estudado. O interesse aqui é trazer para o primeiro plano o trabalho de avaliação, de "ressocialização", de adequação à condição humana que os "anfitriões do etnógrafo", como denomina, desenvolvem com vistas a transformá-lo em um "tradutor benevolente", um "truchement à avessas" (Kopenawa e Albert, 2015: 521-2).

Consideremos que os problemas aqui não são cognitivos ou psicológicos, constituídos em torno de questões sobre a possibilidade de compreensão ou de interação com nossos interlocutores. Os problemas são epistemológicos e, portanto, políticos (Viveiros de Castro, 2016: 119): dizem respeito à legitimidade atribuída aos discursos de "antropólogos" e "nativos" quando entram em uma relação de conhecimento; dizem respeito às relações de ordem e suas hierarquias, quando um "sujeito" (ocupando a posição de observador) discorre sobre o discurso de outro "sujeito" (na posição de observado).

Assim, tem se tornando comum que as reflexões metodológicas apresentadas no texto passem a comportar uma reflexão, implícita ou não, do antropólogo sobre si mesmo, considerando as transformações subjetivas (sua própria composição relacional) que experimenta a partir das relações sociais estabelecidas no campo. O relato a seguir é um exemplo disso.

A memória

Construir o campo em termos etnográficos é um processo delicado que pode implicar pensar muitas coisas de novo⁵. Quando

⁵ Esse fragmento faz parte da pesquisa sobre segurança e investigação sobre transporte de drogas ilegalizadas na fronteira da Argentina com Paraguai, realizada com uma bolsa de doutorado da CAPES (Renoldi, 2013).

consegui restituir a condição humana para os gendarmes⁶, me impus o desafio de compreendê-la. Havia alcançado superar o abominável. Poderia dizer que o logrei num sentido, precisamente nos encontros que transponham as grandes fronteiras que nos separavam, juntando-nos nos lugares comuns da existência. Esses lugares ancoravam-se em memórias, ou em referenciais muito fugazes compartilhadas. Eram memórias encarnadas, nas quais 'recordar' era apenas um momento, tão importante quanto 'esquecer', ou multiplicar as versões.

Dos gendarmes com mais anos de serviço que vivenciaram os governos militares, alguns ainda trabalhavam. Na época da pesquisa eram vistos pelos civis como chaves privilegiadas à caixa preta da época. Porém, nem sempre é preta porque não possa ser conhecido seu conteúdo, nem porque conserve senhas indecifráveis pelos leigos, ou movimentos tão secretos que não se possam divulgar. Às vezes é preta porque não nos perguntamos, nem lhes perguntamos, o que contém. Talvez por medo de ouvir o insuportável.

Embora sejam cada vez menos, já que alguns se aposentaram, outros morreram, outros estão na prisão, e outros foram exonerados, os que sobraram levam a experiência tatuada no corpo, no olhar, nos gestos que se desenham nos seus rostos com horror, quando sobrevoam o passado. Sempre achei que para quem tinha participado dos assassinatos e torturas, teria havido algum tipo de convicção, de certeza. Minha curiosidade em letargo, apenas se mexia cada vez que imaginava a oportunidade

⁶ Força de segurança de alcance federal que faz o policiamento em estradas nacionais e fronteiras, além de intervir em contextos de conflito na capital do país e no exterior.

de falar com algum velho gendarme. O que se lembrarão de todo aquele período?

Aquele dia chegou, e desapareceu como os mesmos mortos da época, quase sem deixar rastros materiais, embora marcando o presente com dor. Foi no momento menos esperado, como costuma acontecer este tipo de coisas e encontros: na cozinha do posto de patrulhamento que faz o controle entre a província de Corrientes e Misiones. Era ali que geralmente aconteciam as conversações mais descontraídas. Porque a cozinha é um lugar tão familiar, tão ligado às necessidades básicas, ao elementar, ao sustento, tão associado com o coletivo da intimidade, que era onde ouvia os mais variados relatos, os mais comprometedores.

Enquanto olhava o Sub-Oficial mexer o ensopado na panela da qual mais tarde comeríamos todos, tive a idéia de lhe perguntar como havia iniciado sua carreira de gendarme. Velasco era seu nome, e o levava bem no seu corpo grande. Contudo, apesar do tamanho, certa ambigüidade fragilizava sua postura. Não podia disfarçar que desconfiava de mim. Com a pergunta tive a intenção de dar uma deixa para um papo distendido, imaginando que ele se animaria em recordar, como acontece em geral com os "informantes". Para o antropólogo costuma ser uma pergunta eficaz, apesar de nem sempre estar preparado para ouvir a resposta.

O rosto do chefe tinha seu tempo; e sua pele muita intempérie, frio, calor, sol e estiagem, como se tivesse percorrido por transferências os lugares mais distantes da própria Argentina. No seu olhar furtivo percebia-se o desejo de falar sem ser julgado. Mas tinha receio de dizer qualquer coisa, porque sabia que solta a

primeira palavra não teria como manter o equilíbrio da sua alma, ao menos o equilíbrio provisório que se havia obrigado a construir para poder trabalhar para a Gendarmería Nacional desde a época da “guerrilha” em diante.

De repente ele disse: “Como comecei...?” Na pausa que continuou àquela frase via-se a velocidade das suas lembranças, e nela dormiam o orgulho e a vergonha. Sua pupila crescia e se encolhia ao ritmo da colher mexendo a sopa. Eu me preparei. Lá pelo ano 75, recém saído da escola, com apenas quase vinte anos, foi algo mais que testemunha do que seriam os anos posteriores.

Velasco começou seu relato me levando pelas paisagens argentinas da mão de bonitas descrições. Era verdade que havia percorrido desde Ushuaia até a Quiaca. Só que volta e meia, entre aquelas imagens inigualáveis, irrompiam coisas horrorosas: ordens, perseguições, tiros, gritos. E já não podia mais separar uma natureza da outra; apesar da sua dedicação, os maravilhosos lugares da Argentina estavam tingidos de sangue.

Eu sou de Misiones, quarenta graus de calor... Assim que saí do serviço militar me tornei gendarme. Quando ingressei me encaminharam para Chubut, imagina o frio! De lá me deram o passe para Rosário, era na época da subversão... Era difícil. Muito difícil... Eu tinha 19 anos, era um garoto! 75, 1975. Ainda me lembro. Você não era nada por si mesmo, eles te diziam o que tinhas de fazer, tudo... “Este é seu fal, esta é sua mãe, essa é sua esposa”. Era assim que era.

A suas costas, a luz de meio-dia recortava sua silhueta no marco da janela, como uma sombra. Desenhava nitidamente a arma que tantas vezes antes fosse cúmplice do movimento da sua

mão (vítima de mandatos, obediência, compromissos, dúvidas, convicções). Ao passo que lembrava para contar, revivia com seu corpo e se percebia nas expressões faciais que contraíam seu rosto como se uma aguda dor de siso estivesse lhe aturdindo o presente.

Logo me transferiram para Bariloche. Lá era mais tranquilo, mas naquela época não era tranquilo em lugar nenhum. Você estava para dizer a tudo que sim. De lá me mandaram para Tucumán. Isso foi terrível... me mandaram para os quadros da Operação Independência.

Ao falar aquele nome, Velasco voltou-se a transformar, porque de repente se deu conta que havia sido muito jovem, muito inocente. Deu-se conta que não teve tempo, de tão rápido que tudo acontecia, ou não teve a oportunidade, ou a permissão, ou a coragem suficiente para sair da roda.

1975 é um ano que concentra toda a tensão que dominou a década seguinte na Argentina. Era um ano antes do golpe militar. Governava o país Isabel Perón e já tinham-se radicalizado os confrontos internos.

O início deste ataque sistemático contra a esquerda revolucionária se produziu em fevereiro de 1975, quando um decreto divulgado em sigilo entre os militares ordenou a aniquilação dos guerrilheiros marxistas em Tucumán. No que constitui um exemplo de considerável dramatismo histórico, a campanha recebeu o nome de Operação Independência. O chefe da operação, o General Vilas, acreditava que a forma mais eficaz de erradicar as guerrilhas não era atacá-las nas colinas e na selva de Tucumán, mas isolar os combatentes da população que os ajudava. O General Vilas dava assim a volta à conhecida frase de

Mao Tse Tung, segundo a qual, um guerrilheiro tem que se mexer como peixe na água. A estratégia dos repressores consistia em matar o peixe ao deixá-lo sem água. Os chamados grupos de tarefa vasculharam as casas e sequestraram os suspeitos; pela sua parte, as unidades contra-insurgentes regulares, uniformizadas, inspecionaram as zonas rurais pouco habitadas. Esta tática resultou tão eficaz, que foi implementada no país todo um ano mais tarde (Robben, 2004: 150).

Velasco tinha jurado, como todos, quando ingressou na força. Tinha jurado pela pátria, e desde então era um sentinela. Jurou aderir a todas as regras que regiam a instituição, suas hierarquias, suas condições. Uma vez dentro não era possível sair tão fácil, ainda menos quando se estava em guerra, em guerra contra a subversão. Para ele, subversão e ditadura eram palavras sinônimas, e as usava indistintamente ao falar do período de 1976 a 1983. Até hoje não as distingue quando recorda; são os colegas mais jovens que o corrigem, apontando para a diferença entre as duas.

Tudo o que víamos era visto como um inimigo. Ensinavam-te a ver tudo assim... Era complicado, você não podia dizer "não", porque era a vida de outro ou a sua... Você não pode pensar. Obedece. Vai carregando com o ódio de não poder se rebelar, e acaba que o usa, o usa para obedecer, para fazer o que lhe mandam. Todos nós éramos muito novos, os que estávamos na rua éramos garotos todos.

Eu escutava a sua história que era a de muitos, e ao mesmo tempo bem distinta daquela que me haviam contado. Como se fosse um eco, tão desvirtuada quanto o real. A diferença não estava mais no plano dos fatos que conta a história, em tanto disciplina

autorizada para contar. Esta história particular se distinguia porque ainda permanecia viva numa experiência, daquelas que sempre estiveram 'do outro lado' (com os inimigos de quem olhamos de 'este lado'). Porque não só eles aprenderam a olhar em chave de guerra. Certamente, era uma linguagem da época, que se estendia e estende à toda a Argentina como singularidade das suas práticas políticas.

Depois chegou a Copa 78, e logo aí a guerra de Malvinas. Eu já tinha vinte e sete anos, e tive de ir ao combate em Malvinas. Vi morrer muita gente, um companheiro meu, na minha frente... meu instrutor... oito gendarmes morreram.

Enquanto ele falava, eu não conseguia imaginar o que seria capaz de fazer, ou sentir, se por um instante tivesse de estar no seu corpo. Todavia de fato eu estava, ou era ele que ocupava o meu, porque algo parecido com a tristeza começou-se espalhar por meu peito, e ao alçar a vista para olhar a Velasco de novo, soube que nem ele nem eu éramos mais os mesmos.

As transformações subjetivas pelas quais passa a pesquisadora estão relacionadas às reflexões trazidas pelo interlocutor sobre sua própria trajetória. O modo em que as histórias ouvidas envolvem a antropóloga responde a um tipo de compreensão que não seria alcançada se a noção de violência de Estado tivesse ficado no centro da análise. A conexão lograda naquele momento singular lhe permitiu entender a forma sequencial em que atos de violência vertical se multiplicam no exercício da autoridade e do poder.

Tal narrativa nos coloca diante do impacto que os modos reflexivos de nossos interlocutores trazem para as nossas técnicas de autorreflexão (sobre nossas posições epistêmicas e políticas, sobre nossas subjetividades). O discurso “nativo” vai minando por dentro o discurso do antropólogo, passando a produzir efeitos de conhecimento sobre este discurso (Viveiros de Castro, 2016). A intenção expressa por Albert de “fazer justiça à imaginação conceitual de seus anfitriões” responde diretamente a isso e, neste caso, já nos encontramos afastados das preocupações dos “pós-modernos” com procedimentos dialógicos, experimentações textuais, denúncia e desestabilização das estratégias de autoridade articuladas nos textos etnográficos (Clifford e Marcus, 1986). É um movimento que busca a “simetriação” das posições discursivas: “(...) uma ideia do conhecimento antropológico como envolvendo a pressuposição fundamental de que os procedimentos que caracterizam a investigação são *conceitualmente* da mesma ordem que os procedimentos investigados” (Viveiros de Castro, 2016: 37).

De certa maneira, tal posicionamento permite uma aproximação com o que se convencionou chamar de “virada ontológica” (*ontological turn*) na antropologia. Como assinalam alguns de seus propositores, trata-se basicamente de uma intervenção *metodológica*, e não metafísica ou filosófica, direcionada para responder o que consideram uma questão antropológica fundamental: como possibilitar que o material etnográfico possa ditar os termos de engajamento, permitindo que se veja algo não esperado ou sequer imaginado que exista? (Holbraad e Pedersen, 2017: 5) O problema epistemológico sobre como “ver” (problema que evoca as já exauridas metáforas sobre proximidade e distanciamento, ou o conceito de “ponto de vista nativo”) transmuta-

se no problema sobre o que “há para ver”, sobre a própria constituição relacional do existente. Não se pode discorrer sobre “visões de mundo” se o mundo não é o mesmo (Viveiros de Castro, 2016). Com esse movimento, busca-se dissolver a relação de hierarquia entre conceitos analíticos e material etnográfico, ou mesmo barrar a aplicação de conceitos analíticos extrínsecos ao objeto, como tem sido feito até os dias de hoje, em continuidade com as bases epistêmicas lançadas pelos “modernos” ao coração da ciência ocidental.

Este tipo de deslocamento poucas vezes é observado nos estudos sobre criminalidade, violência ou segurança pública. Talvez em razão do peso que o Estado ocupa em nossas análises. Para tentar se livrar disso, e ao mesmo tempo dar conta da complexidade de nossos objetos de estudo, deslizamos, metaforicamente, de um polo de captura para outro: do modelo estatal para o modelo empresarial para o modelo organizacional para o modelo familiar etc. A justificativa para tal é que isso nos aproxima dos modos de teorização e reflexão de nossos interlocutores, eles mesmos enredados e lidando cotidianamente com conformações relacionais que tais modelos evocam. A tentação é grande, e assim é justificada: podemos conduzir nossas análises de modo convencional, recorrendo a conceitos pré-definidos, porque, para o nosso caso, supõem-se a existência de uma relação de homologia entre os modos de teorização “nativa” e nossos próprios modos de teorização, isto é, a mesma maneira de produzir deslocamentos metafóricos, a mesma maneira de produzir transcendências, a mesma maneira de ativar os conceitos. Isso quando não recorreremos diretamente às analogias com atividades e funcionamentos estatais. Como exemplo: podemos recorrer a termos como “representações” ou “categorias” (“sociedade”, neste caso,

ocupando a posição de sujeito transcendental) justamente porque nossos interlocutores fazem o mesmo quando discursam sobre “sistema”; “sociedade”; “crime”; “crime organizado”; “partido”; “comando”; “governo” etc. O problema é que talvez não existam relações de homologia, e muito menos de analogia (Renoldi, 2014a). Problema de difícil solução, diga-se de passagem, porque os termos se sobrepõem—aparentemente estamos falando das mesmas coisas—e dá a impressão de que, de fato, estamos bem próximos da “imaginação conceitual” de nossos interlocutores. O que pode não ser o caso.

Por outro lado, é necessário considerar uma armadilha sempre presente quando partimos do pressuposto de que nossas técnicas de autorreflexão não são as mesmas que as de nossos “interlocutores”. As diferenças podem facilmente deslizar para o reconhecimento de uma desigualdade quase absoluta: enquanto “eles” têm uma relação não reflexiva com sua cultura, “natural” ou “inconsciente”, “nós” temos uma relação reflexiva e condicional com a deles e, por efeito reverso, com a nossa (Viveiros de Castro, 2016). Isso incide, evidentemente, na maneira como se concebe a metodologia, as maneiras de fazer o caminho.

É comum agradecermos aos nossos “anfitriões”, reconhecermos a sua condução, a abertura de caminhos que nos proporcionam, até mesmo nas epígrafes e agradecimentos introdutórios em nossas dissertações e teses. Trata-se de reconhecer sua parceria, seu apoio; enfim, sua agência. Contudo, é justamente porque essas assimetrias epistêmicas permanecem latentes—transformando diferença em desigualdade—que ainda observamos, em alguns trabalhos, a prevalência de um “eu” narrativo que se distribui entre o pesquisador e a pesquisa, obliterando aquilo que é da ordem do acontecimento e da

experimentação e deslocando a agência de nossos interlocutores para um segundo plano.

O retorno do Sujeito

Cabe mencionar um outro deslocamento notável que vem marcando a composição de nossas etnografias. Diz respeito ao que se convencionou chamar de “retorno do sujeito” na Ciências Sociais. O tema é amplo em razão de sua profundidade temporal (ao menos podemos retroagir até a década de 80) e da diversidade de abordagens. Mas isso vem se aprofundando e ganhando maior amplitude em nossas etnografias nas duas últimas décadas. Como mencionamos em um parágrafo anterior, tem se tornado comum que as descrições metodológicas comportem uma abertura para reflexões centradas na subjetividade do(a) autor(a). Uma dimensão que envolve afetos, impressões, sentimentos, emoções, transformações subjetivas etc. Mas o ponto a ressaltar é que isso não fica somente (ou majoritariamente) restrito ao espaço textual reservado às discussões metodológicas. Distribui-se por todo o texto, com a pesquisadora/autora emergindo intermitentemente ao longo de toda a descrição etnográfica, de modo que suas transformações subjetivas servem como um dos eixos do desenvolvimento argumentativo. Não se trata simplesmente de um artifício representacional que se prestaria bem como objeto da crítica “pós-moderna”: as estratégias retóricas que facultam a distribuição da agência e da autoria entre a pesquisadora/personagem ficcional e os interlocutores/personagens. O deslocamento é de outra monta. É tributário em linha direta das outras duas vertentes críticas que produziram abalos significativos no pensamento antropológico a partir

dos anos 70: as críticas feministas e a crítica anti-colonial (seguida pelas reflexões “descolonialistas” e “decolonialistas”; [Carvalho, 2018]).

Consideremos que se o pesquisador emerge fortemente como sujeito no texto etnográfico é porque seus interlocutores o impelem a isso. São sujeitos políticos, morais, constituídos em gênero, “racializados” que ocupam posições discursivas bem marcadas, dotados de voz e de agência. O antropólogo e seu texto devem responder diante de todo o passado de “usurpação” representacional (epistêmica, política e moral) do outro, de seus modos de vida e conhecimento. É o saber acadêmico que, atualmente, está sendo posto na berlinda (Bispo, 2019; hooks, 2013), ampliando-se ainda mais o convite, agora muitas vezes como condição do diálogo, para que nos tornemos um “truchement à avessas”.

Nos estudos em nossa área temática, dois exemplos distribuídos no tempo podem ser mencionados, ambos referenciados ao que podemos nomear de “lutas prisioneiras”. Trata-se da criação do “Grupo de Informação sobre as prisões” (GIP), por Michel Foucault, Pierre Vidal-Naquet e Jean Marie Domenach, criado no início de 1971 e auto dissolvido em 72 (Eribon, 1990: 208-221), e das múltiplas interlocuções hoje na região entre diversos pesquisadores e profissionais das Ciências Humanas e do Direito com organizações de familiares de presos. Em ambos os casos, temos posicionamentos epistemológicos, políticos e morais bem demarcados. Desde o cuidado moral expresso no enunciado de Foucault sobre a “indignidade de falar pelos outros”, até o reconhecimento do protagonismo das ações e da composição das pautas de luta pelos grupos de prisioneiros (ou seus familiares).

Assim, os aspectos assinalados até aqui nos alertam sobre questões a considerar quando abordamos pesquisas que envolvem

violências e criminalidade. E, em consequência, nos perguntamos se o fato de certos comportamentos serem classificados dentro do que o Estado define como crime ou violência (assunto que desenvolveremos a seguir), nos afasta do potencial político da etnografia, enquanto processo e resultado de conhecimento que aciona reflexividades, teorias e narrativas da vida, da existência e da morte. Essa questão fica mais nítida em outro dos nossos relatos, que busca articular memória, acontecimento e transformação subjetiva.

O grito

O que aconteceu, relembro hoje como estilhaços de imagens e sons. Aquilo que foi dito, as perguntas que fiz, seguindo o roteiro da pesquisa, as respostas da minha entrevistada naquela ocasião se apagaram com o tempo. Não porque o que foi dito não tinha importância—essa entrevista, como muitas outras feitas depois, fez parte da composição do relatório final da pesquisa na qual eu participava. Muito tempo se passou desde então. Mas alguma coisa ocorreu ali que nunca me saiu da memória. E é o que dá origem a esse relato.

O que aconteceu foi numa tarde, numa das primeiras visitas que fiz ao extinto “Setor B”, como era chamado o conjunto de prédios reunidos no “Complexo penitenciário da [rua] Frei Caneca”, localizado no centro da cidade do Rio de Janeiro. O “Complexo”, hoje demolido para dar lugar a um conjunto habitacional de baixa renda, teve um passado em que se mistura uma longa e triste história dos sofrimentos experimentados entre suas paredes e um curto começo, radiante e promissor (ao menos aos olhos de seus entusiastas). Ali foi construída a primeira casa de correção da corte

(1850) e depois a casa de detenção (1856). Era o Brasil buscando acertar o passo com a “modernidade penal”, conforme a aragem que chegava das metrópoles europeias. Tais ventos seriam capazes de dissolver os miasmas das enxovias coloniais, marcadas pela insalubridade, superlotação, castigos e punições os mais variados, presos esquecidos, entre muitas outras mazelas. Não aconteceu, os ventos foram encanados e do projeto inicial, de inspiração “panóptica”, foram construídos apenas dois raios, um para cada estabelecimento. Acabaram batizados com nomes de juristas e penitenciaristas, Penitenciária Lemos Brito e Presídio Milton Dias Moreira, como chamava na época em que lá estive (este nome insigne hoje rebatiza um outro estabelecimento no “Complexo Penitenciário de Gericinó”, em Bangu). Era para este estabelecimento, aquele Milton Dias que eu me dirigia com o céu explodindo em azul, numa tarde de outono no Rio de Janeiro.

Eu fazia parte de uma equipe de pesquisa, multidisciplinar, formada em torno de um projeto, patrocinado pelo Ministério da Justiça, cujo objetivo era o levantamento dos problemas enfrentados pela administração penitenciária no Rio de Janeiro e das demandas do seu pessoal—seguindo a divisão interna, e muitas vezes conflitante, entre “técnicos” (psicólogos, médicos, assistentes sociais etc.) e “agentes de segurança penitenciária” (ASPs conforme a sigla comumente utilizada). Pautas de discussão oriundas de preocupações externas—como o cumprimento dos direitos humanos, o fim das torturas e espancamentos, as garantias de acompanhamento processual, entre outras—eram trazidas igualmente por nossos próprios entrevistados, especialmente o pessoal “técnico”. O projeto era bem desenhado em termos

metodológicos, abrindo com entrevistas pouco estruturadas com pessoas selecionadas em razão de suas trajetórias no “Sistema”, longevas em sua maioria, e considerando suas posições funcionais e hierárquicas, distribuídas entre diversos níveis e ocupações. O roteiro de entrevista ganhava maior estruturação na medida em que as entrevistas iam se ampliando, e nesta etapa já se abria para os critérios de amostragem que iriam orientar, por fim, a confecção de um extenso questionário a ser aplicado com os funcionários em todas as unidades do Sistema.

Assim, encontrava-me nessa etapa do projeto, enquanto as entrevistas iam se ampliando e se deslocando para dentro das unidades prisionais. Começava a visitar as cadeias, com meu “passe” garantido pela Direção Geral do então DESIPE (hoje SEAP)⁷, e com todo estranhamento possível de iniciante já sendo experimentado na portaria e, depois, nas sucessivas (com)portas das cadeias. Com o tempo, comecei a frequentar alguns espaços internos nas unidades, espaços de convivência dos Agentes de Segurança Penitenciária e “técnicos”, mas sempre se afirmava o limite demarcatório que me separava das mulheres e homens aprisionados. Por mais que eu tivesse interesse em me aproximar e ouvir os presos e as presas, isso era impossível, a separação era mantida o tempo todo. Afinal, a pesquisa era dirigida para os funcionários do Sistema e, conseqüentemente, era entendida por muitos “ASPs” como correspondendo às antigas reivindicações da categoria: direitos humanos para todos, para os presos e para funcionários; melhores condições de ambiência, para os presos e para funcionários; melhor assistência médica... melhor

⁷ Respectivamente, Departamento do Sistema Prisional e Secretaria de Administração Penitenciária.

alimentação... e assim por diante. Talvez, e no limite, a antiga máxima punitiva, “direitos humanos para humanos direitos” se mantivesse como subtexto, mas a questão era que agora—finalmente!—o “governo” se interessava em olhar para os funcionários, não só para os presos.

Então, numa tarde, passei pelo portão principal e novamente me encontrava no pátio do Complexo antes de adentrar a Milton Dias. Restos de comida, embalagens de quentinhas jogadas nos cantos e cães. Muitos cães. Meu pensamento variava: para cada cachorro policial, deve existir uma dezena de cães que vivem nas cadeias... Caminhava.

O local onde faria a entrevista era uma sala ampla, anexa à sala do diretor. Sentei-me numa cadeira, esperando para entrevistar um agente penitenciário. O sol da tarde entrava por uma janela. Não havia grades. A cadeia estava em completo silêncio. Achei estranho. Uma cadeia como a Milton Dias e não se ouve nada daqui? Nisso, entrou uma mulher jovem, bonita, grávida de muitos meses. Era uma agente. Sentou-se em outra cadeira diante de mim. Expliquei do que se tratava a pesquisa e, com seu aval para prosseguir, comecei a fazer as perguntas do roteiro. Suas respostas eram curtas, diretas, sem muita empatia. Estava ali não por escolha, certamente, mas por indicação da direção da unidade. Prossigo com a entrevista e no meio do roteiro, no meio de uma pergunta, escuto o grito. Rasgando o silêncio daquela tarde. LIBERDADE! (Espero em seguida ouvir as vozes de outros presos, outros brados, sons, bater nas grades, mas nada, somente o silêncio). Olho para a entrevistada e seu rosto era inexpressivo. (Ela não ouviu?) Espera a pergunta. LIBERDADE! (e novamente o

completo silêncio). Olho novamente e nela só vejo a espera, como se nada estivesse acontecendo. Ensaio uma nova pergunta e... LIBERDADE! (de novo a cadeia se fecha em silêncio enquanto o grito imenso reverbera no vazio). Minhas mãos tremiam segurando o roteiro da entrevista. Não sei o que ela pensou, ou quanto tempo se passou nisso. Não consegui fazer nenhum comentário ou mesmo pedir uma explicação sobre o que tinha acabado de ouvir. Fiz mais algumas perguntas para fechar o roteiro, agradei e dei por encerrada a entrevista.

Na saída da unidade meu pensamento variava. Por que fiquei paralisado e não busquei uma explicação? Estava por demais preso ao meu papel de pesquisador, seguindo um roteiro que, para além das perguntas, também definia meu lugar ali? E que lugar era esse?

E a força daquela voz, de onde vinha? Não estava somente na palavra em si. Liberdade é uma palavra forte nas cadeias, sabia disso mesmo antes de pisar num estabelecimento prisional, nas conversas com amigos e conhecidos que eram egressos do Sistema. E os sambas e as músicas sempre cantaram a “Lili”, como numa das mais conhecidas—“Senhora liberdade, abre as asas sobre nós”. O que me afetou tanto estava no som daquela voz, na potência daquela voz solta no vazio, onde se misturava revolta, dor, solidão e uma ponta de esperança. Estava no silêncio que se seguiu. A palavra exclamada tinha se transformado em puro acontecimento, ao menos para mim. Dentro do dito, o indizível. Indizível também porque contar uma história como essa é como contar um sonho, você nunca consegue transmitir a carga afetiva do que foi sonhado ou, neste caso, vivido. “Sentimentalidades...” —diriam alguns. Mas talvez agora vocês possam entender o

trabalho da memória: por que não me lembro do roteiro, das perguntas, das respostas frente a isso? O motivo pelo qual tudo o que me resta são fragmentos de imagens e sons?

Cabe ainda dizer que esse acontecimento atravessou meu corpo. Quando saí da unidade prisional e cheguei em casa, parecia que eu tinha tomado uma surra. Meu corpo todo doía e apareceram algumas manchas roxas. Isso passou com o tempo e nas outras visitas, a outras unidades, não mais aconteceu. “Energia de cadeia”—me disseram. “Toma um banho de ervas ou de sal grosso... Ou vai se acostumando...”.

O “estadocentrismo” e suas mazelas

No relato acima, afirma-se o juízo de que “nunca se está mais dentro do Estado do que numa prisão” (Barbosa, 2005: 72). Dentro de um estabelecimento prisional, como sabem aqueles que fazem pesquisas nesse “campo”, a observação participante comumente é obliterada ou orientada pelo dispositivo de visibilidade e enunciação (Foucault, 2000: 244) que distribui o “dizível” e o “visível” de acordo com o perfil dos “visitantes”: pesquisadores, pastores, advogados etc. Quem sabe a dificuldade em encontrar algum sentido por parte do pesquisador possa ser entendida como resultado do impedimento em se fazer observação participante nas cadeias e dos limites inerentes colocados pelo instrumento da entrevista. Não devemos perder de vista que a própria conformação do “meio” (seja prisional, policial ou político administrativo, como em nossos relatos) impacta diretamente nas possibilidades e escolhas metodológicas.

Todavia, a “gravidade” que o Estado exerce como polo de atração e captura discursiva (política e moral) incide até mesmo na maneira como definimos nosso campo de estudos. Neste caso, é necessário um certo cuidado e distanciamento crítico ao acionar termos que são oriundos de sobrecodificações jurídico-penais para definir um campo temático de estudos ou mesmo suas divisões internas, tais como: drogas, crime, criminalidade, mercados informais, atividades ilegais, segurança pública, prisões, etc. Não há nenhum problema em usar tais termos como marcadores dos assuntos ou indicadores dos campos de problemas com os quais trabalhamos, se tivermos em mente, e buscarmos deixar isso explícito para os leitores, que se trata de categorias carregadas de valorações morais que derivam da distinção entre o legal e o ilegal produzida pelas próprias agências do Estado, e que funcionam como veículos de “sujeição criminal” (Misse, 2010) em determinados contextos discursivos e práticos nos quais são atualizadas.

Essa discussão nos remete, por sua vez, aos sucessivos esforços por parte de diversos pesquisadores em problematizar o “etnocentrismo, estatismo e naciocentrismo congênitos” (Sá, 2013: 133) presente em um certo senso comum acadêmico. Estes esforços permitem deslocar os termos do debate.

Podemos, de forma resumida, apresentar alguns desses deslocamentos e as implicações que produzem nas análises antropológicas. Vamos apenas mencionar algumas abordagens de caráter mais geral. São elas:

(1) de clara inspiração foucaultiana, o entendimento do Estado como resultado de um conjunto de práticas discursivas e não discursivas permite deslocar o foco analítico para o “como” do exercício do poder

e sua capilarização por todo o *socius*, retirando de cena os pressupostos de que tanto o Estado, quanto a “Sociedade” (seu termo complementar), são substâncias extensas ou totalidades pré-existentes;

(2) os trabalhos que problematizam os processos de essencialização e reificação do Estado, com ênfase nos efeitos que tais processos imprimem na composição das práticas sociais (Handler, 1984; Abrams, 2015; Das e Poole, 2008);

(3) as pesquisas com ênfase nas mitologias, ideologias e estratégias discursivas que projetam o Estado como unidade transcendente e operador por excelência do ordenamento social (Herzfeld, 1992);

(4) os trabalhos que realçam os aspectos simbólicos e espetaculares do exercício do poder político (Balandier, 1982; Geertz, 1980);

(5) abordagens que encaram o Estado pensado como aparelho de captura que organiza a ressonância dos centros de poder e opera por interiorização contínua de territorialidades e códigos heterogêneos e insurgentes (Deleuze e Guattari, 1980);

(6) próxima à primeira abordagem, esforços analíticos com ênfase na “governamentalidade” e nas técnicas de governo que produz um afastamento efetivo das preocupações com o Estado;

(7) trabalhos que realizam uma inversão de perspectiva ao tirar o Estado do centro das análises e fazendo-o girar ao redor de outras filosofias/modos de vida, de modo a refletir sobre Estado a partir do ponto de vista de sociedades não estatais (Clastres, 2008; Biondi, 2021).

De maneira geral, o impacto mais significativo desses deslocamentos nos estudos sobre criminalidade, violência ou segurança

pública está na suspensão, digamos “metódica”, da partilha entre o legal e o ilegal e na erosão da concepção juralista que lhe serve de fundamento (“poder jurídico”, seguindo o conceito de Foucault, 1985) e que muitas vezes acompanha moralidades, digamos, hegemônicas.

Podemos dizer que muitos trabalhos produzidos nas últimas décadas trazem essa marca: são estudos que enfatizam as trocas e mediações entre instâncias governamentais e não governamentais, entre “corpos do Estado” e coletivos “criminais”; pesquisas que enfocam as “zonas cinzentas” onde as fronteiras entre lei e ilegalidade/informalidade se veem deslocadas ou borradas. E, evidentemente, isto afeta de modo direto as escolhas metodológicas, seja no que diz respeito ao plano das alternativas pragmáticas, seja no que se refere aos posicionamentos políticos e éticos.

Entre o particular e o singular

Por fim, passemos a um breve exame do terceiro problema indicado na introdução deste artigo: existem particularidades e diferenças metodológicas marcantes entre as pesquisas sobre criminalidade e violência e aquelas oriundas dos demais campos da pesquisa antropológica?

Das reflexões desenvolvidas no texto, podemos retirar alguns encaminhamentos pontuais:

(1) que o método se faz “entre”: as escolhas metodológicas, embora tributárias de um saber comparativo e acumulativo que configura a antropologia como campo de saber, são postas à prova e reinventadas em nossas práticas de pesquisa a partir dos “agenciamentos” (Deleuze

e Guattari, 2014) “nós/eles” experimentados no “campo” (contribuindo, assim, para o acúmulo do conhecimento “experencial” da disciplina);

(2) os encontros etnográficos deslocam e reposicionam os diferentes modos de conhecimento, reflexividades, transformações subjetivas e posições de Sujeito;

(3) as redes relacionais nas quais entramos e participamos durante o trabalho de campo são inflexionadas constantemente por processos convencionais de reificação, essencialização e projeção de transcendências que interferem diretamente em nossas escolhas metodológicas. Como nos exemplos de processos de essencialização que mencionamos em nossa argumentação: o “Estado”; o “Sistema” (penitenciário); o “crime” etc.

No nosso entendimento, essas são características comuns de todo trabalho etnográfico. Mesmo os temas costumeiramente acionados em nossas discussões metodológicas na área temática da violência, criminalidade e segurança pública—tais como empatia/confiança, perigo e segredo (Renoldi, 2014*b*)—são temas presentes, com maior ou menor ênfase, em trabalhos etnográficos situados em outras áreas de interesse (como exemplo distante, na etnologia indígena). Onde está a diferença, então? Podemos buscá-la na semelhança entre os problemas enfrentados em cada “campo”, ou, dizendo de outro jeito, nas redes relacionais que ativamos quando iniciamos e prosseguimos em nossas pesquisas. O particular, aqui, se define pela semelhança entre diferentes experiências e participações situadas em “campos” tido como semelhantes. Evidentemente, vamos nos interessar em ler reflexões metodológicas sobre o trabalho de campo nas prisões se vamos trabalhar nelas. Os temas não variam—segredo/revelação; anonimato/publicização; perigos/garantias etc.—o que varia são os

modos de experiência, marcados, como assinalamos, por processos específicos de essencialização.

Justamente por isso, talvez a marca definidora de nossas etnografias não diga respeito ao particular. Talvez a marca proeminente do fazer etnográfico no trabalho de campo e do texto etnográfico seja a singularidade, como sinônimo de uma não correspondência (ao Estado, ao Sujeito, ao Método, etc.), como apelo a uma extravagância, como abertura a valores ainda não experimentados, como afirmação da experiência enquanto forma de existir no mundo. Talvez.⁸

Aberturas conclusivas

Afirmamos acima que as principais características, em termos metodológicos, das etnografias do crime, da violência e da segurança pública são comuns a todos os trabalhos etnográficos, sendo os modos de experiência e reflexão aquilo que as diferencia (considerando, inclusive, os processos de reificação que os atravessam). Mas ainda cabe lembrar que lidamos com categorias e conceitos da teoria social (crime, violência, segurança, etc.) que carregam irrefletidamente juízos de valor e mobilizam diversas expectativas na audiência. Espera-se, de quem estuda crime, um tom condenatório. De quem estuda segurança, espera-se cooperação. Quando essas expectativas são frustradas, é

⁸ Como ressaltamos acima, o “particular” se define através do exercício comparativo, pela busca da semelhança entre campos de problemas (seguindo a chave do binarismo conceitual “parte/todo” ou recorrendo ao par “universal/particular”, caro a uma certa antropologia com raízes no racionalismo filosófico ocidental). Daí porque podemos agrupar nossos estudos em determinadas áreas temáticas, como, neste caso, criminalidade, violência e segurança. Evidentemente, essa distribuição varia de acordo com as abordagens teóricas e preferências autorais. Por outro lado, nomeamos por singularização um movimento avesso a isso, não se trata de reunir as diferenças a partir das semelhanças ou marcadores identitários, mas de afirmar a diferença em seu movimento auto-produtivo (a “diferença vai diferindo”, nas palavras de Gabriel Tarde [2003]), tomando-a como fundamento das formas de vida que estudamos e, conseqüentemente, como definidora do fazer etnográfico.

como se o etnógrafo do crime e da violência tivesse sofrido uma contaminação por contágio de seu objeto de pesquisa, e como se o etnógrafo da segurança e da criminalização tivesse se tornado inimigo e traidor do “meio” que o abrigou, de seus imperativos morais normalmente constituídos em torno de preocupações securitárias com a ordem pública. Essas expectativas, contudo, só existem porque oriundas de um pensamento “estadocêntrico” que, além de tomar por referência principal o discurso estatal, lhe imprime bondade e positividade. E como uma das principais características da prática etnográfica é uma abordagem “marginal”, como ressaltamos, que permite efetuar descentramentos e olhar a partir das “margens do Estado” (nos termos propostos por Veena Das e Deborah Poole, 2008), as etnografias neste campo de pesquisa geralmente produzem choques, espantos e até mesmo perplexidades.

Desta maneira, é importante mencionar que a etnografia, como prática de saber, permite identificar como juízos de valor enunciados que não eram vistos ou pensados enquanto tais. E esse trabalho de “revelação” das valorações morais se dá de forma simultânea ao entendimento de nossas preocupações epistemológicas enquanto práticas políticas, impossibilitando sua redução aos arranjos e adequações culturais e cognitivas, já tão naturalizados na antropologia, com suas garantias constituídas em torno do credo sobre a “neutralidade científica”. Deixando em estado de suspensão algumas categorias e conceitos da teoria social, evitando enquadramentos preliminares, a etnografia volta a eles, carregada de afetos micropolíticos provenientes do campo para torná-los objetos de suspeição. O que denominamos de forma provocativa (mas igualmente, propositiva) os “crimes da etnografia”, no título deste artigo, refere-se

a sua capacidade de colocar sob suspeita conceitos e valores, de evidenciar os liames entre conhecimento, moral e política, e de atentar contra a monológica classificatória promovida pelo Estado, toda vez que a etnografia faz públicas as razões que dão sentido à vida das pessoas e das coisas.

Isso nos remete à primeira pergunta proposta na introdução deste artigo: a etnografia, por suas próprias características, pode produzir enunciados, sejam eles instrutivos, propositivos ou avaliativos, direcionados à formulação de políticas públicas sob um viés estatal? Nesse caso, não estaríamos ocupando o outro lado da fórmula de Lévi-Strauss, praticando a “ciência social do observador?”. Digamos que esse aspecto continua a ser problematizado pelas antropólogas.

Mas, a etnografia é política. É política desde o momento em que uma pergunta abre um leque indeterminado de histórias que não escapam à reflexividade imediata; é política quando experiências buscam ser escritas em documentos que se tornam públicos; é política quando comete o crime de permitir que potências do vivente desbanquem o método, as teorias estabelecidas, as certezas cristalizadas. As narrativas contra-hegemônicas que produzem a etnografia são contribuições indiscutíveis à dimensão política do trabalho. Elas colocam a diferença como valor no centro, fazendo com que aquilo que, antes, era considerado marginal ganhe protagonismo, visibilidade e, portanto, existência também aos olhos do Estado, muito para além do que o Estado possa assumir nas suas políticas públicas.

Neste artigo, abrimo-nos a histórias. Um recurso para cartografar as experimentações, os espantos, os deslizos buscados, conscientemente ou não, frente aos motes convencionais presentes em nossas discussões metodológicas sobre crime e violência. Um recurso

para cartografar os emaranhados das linhas de vida dos quais fazemos parte em algum momento. Mas também um recurso para dar vida e, portanto, potência, às nossas reflexões e análises.

Buscamos, com essa exposição híbrida, evidenciar alguns pontos: o protagonismo das incertezas, do inesperado e dos imponderáveis na pesquisa de campo; a entrega para experiências multidimensionais; a necessidade de não responder a categorias estatais e de viver a etnografia como resultado de afetos micropolíticos; e, finalmente, a força desestabilizadora que a etnografia traz, cujo efeito está na produção de micropolíticas e não na alimentação da macropolítica.

Se, como afirmamos anteriormente, cada experimento etnográfico é singular e, em certa medida, imprevisível, talvez o maior crime da etnografia seja contra os princípios estabelecidos do fazer científico, ou Método. Mas esse é um crime derivado de outro: o de olhar por fora do Estado e, mais do que isso, de conter, em seu modo de produção, uma força contra-estatal (ainda quando se dedica a investigar o Estado) que repele homogeneizações, essencializações e reificações enquanto se esmera em reivindicar a diferença contra toda tentativa de universalizar identidades.

Referencias

Asad, T.: "From the history of colonial anthropology to the anthropology of western hegemony", en: Stoking Jr., G. (ed.): *Colonial situations: essays on the contextualization of ethnographic knowledge* (History of Anthropology, volume 7), Madison: The University of Wisconsin Press, 1991, 314-324.

Abrams, P.: "Notas sobre la dificultad de estudiar el estado" en: Abrams, P., Gupta, A., Mitchell, T.: *Antropología del Estado*, México: FCE, 2015, 17-70.

Balandier, G.: *O poder em cena*, Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

Barbosa, A.: *Prender e dar fuga: Biopolítica, sistema penitenciário e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Museu Nacional, UFRJ, 2005.

Barbosa, A. y Renoldi, B.: "Introdução", en: Barbosa, A.; Renoldi, B. y Verissimo M. (comps.): *(I)legal: etnografias em uma fronteira difusa*, Niterói: EdUFF, 2013, 11-22.

Biondi, K.: "A Revolução Copernicana nos estudos entre o legal e o ilegal", *Ichan Tecolotl*, 32(349), 2021.

Bispo, A.: "As fronteiras entre o saber orgânico e o sintético", en: Ribeiro Oliva, A., Corrêa Marona, M. e Garcia Filice, R. C. (eds.): *Tecendo redes antiracistas: Africas, Brasis, Portugal*, São Paulo: Autêntica, 2019.

Bruno, I., Didier, E. e Previoux, J.: *Statactivisme. Comment lutter avec les nombres*, París: La Découverte, 2014.

Clastres, P.: "La sociedad contra el estado", en: *La sociedad contra el estado*, La Plata: Terramar, 2008, 161-186.

Carvalho, J. J.: "Encontro de Saberes e Descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras", en: Bernardino-Costa, J., Maldonado-Torres, N. y Grosfoguel, R. (orgs.): *Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico*, Belo Horizonte: Grupo Autêntica, 2018, 79-106.

Clifford, J. e Marcus, G. (eds.): *Writing Culture. The poetics and politics of ethnography*, Bekerley: University of California Press, 1986.

Das, V. y Poole D.: "El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas" *Cuadernos de Antropología Social*, 27, 2008, 19-52.

Deleuze, G. e Guattari, F.: "O que é um agenciamento?", en: *Kafka: por uma literatura menor*, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, 145-157.

Deleuze, G. e Guattari, F.: *Mille Plateaux*, Paris: Minuit, 1980.

Escobar, A.: "Bienvenidos a Cyberia. Notas para una antropología de la cibercultura", *Revista de Estudios Sociales*, 22, 2005, 15-35.

Eribon, D.: *Foucault: uma biografia*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Favret Saada, J.: "'Ser afectado' como medio de conocimiento en el trabajo de campo antropológico", *Avá*, 23, 2013, 49-67.

Ferguson, J.: "Novelty and Method: Reflections on Global Fieldwork", en: Coleman, S. y Hellermann, P. V. (eds.): *Multi-Sited Ethnography: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods*, New York: Routledge, 2011.

Feltran, G.: "Economias (i)lícitas no Brasil: uma perspectiva etnográfica", *Journal of Illicit Economies and Development*, 1 (2), 2019, 145-154.

Foucault, M.: *História da sexualidade, I: a vontade de saber*, Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Geertz, C.: *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: LTC, 1989.

Geertz, C.: *Negara: The Theatre State in Nineteenth Century Bali*, New Jersey: Princeton, 1980.

Goldman, M.: *Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política*, Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

Goldman, M. e Lima, T. S.: "Como se faz um grande divisor?", en: Goldman, M.: *Alguma antropologia*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999, 83-93.

Grillo, O.: "Etnografía multisituada, etnografía digital: reflexiones acerca de la extensión del campo y la reflexividad", *Etnografías Contemporáneas*, 5(9), 2019, 73-93.

Gupta, A. y Ferguson, J.: "'The Field' as Site, Method, and Location in Anthropology", en: Gupta, A. y Ferguson, J. (eds.): *Anthropological Locations—Boundaries and Grounds of a Field Science*, Berkeley: University of California Press, 1997.

Handler, R.: "On sociocultural discontinuity: Nationalism and cultural objectification in Quebec", *Current Anthropology*, 25(1), 1984, 55-71.

Hannerz, U.: "Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chave da antropologia transnacional", *Mana*, 1(3), 1997.

Hannerz, U.: *Transnational Connections*, London: Routledge, 1996.

Herzfeld, M.: *The social production of indifference*, Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

Herzfeld, M.: *Anthropology: Theoretical Practice in Culture and Society*, London: Routledge, 2001.

Hirata, D. V., Grillo, C. y Dirk, R.: "Operações Policiais no Rio de Janeiro (2006-2020)", *Runa*, 42(1), 2021, 65-82.

Holbraad, M. y Pedersen, M. A.: *The ontological turn: an anthropological exposition*, Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

Hooks, B.: *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*, São Paulo: Editora WMF/Marins Fontes, 2013.

Ingold, T.: *Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*, Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

Kopenawa, D. y Albert, B.: *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Latour, B.: *Jamais fomos modernos*, Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

Latour, B. y Woolgar S.: *Laboratory Life. The Construction of Scientific Facts*, Princeton: Princeton University Press, 1986.

- Lévi-Strauss, C.: "Lugar da antropologia nas ciências sociais e problemas colocados por seu ensino", en: *Antropologia estrutural*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- Malinowski, B.: *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*, São Paulo: Ubu Editora, 2018 [1922].
- Malinowski, B.: *Crime e costume na sociedade selvagem*, São Paulo: Imprensa Oficial, 2003.
- Marcus, G. E.: "Multi-sited Ethnography: Five or Six Things I Know About It Now", en: Coleman, S. y Hellermann, P. V. (eds.): *Multi-Sited Ethnography: Problems and Possibilities in the Translocation of Research Methods*, New York: Routledge, 2011.
- Marcus, G.: "Etnografía en/del sistema mundo. El surgimiento de la etnografía multilocal", *Alteridades*, 11(22), 2001, 111-127.
- Meunier, J.: "Itinerário de uma criança normanda", en: Novaes, A. (org.): *A outra margem do ocidente*, São Paulo: Companhia das Letras, 1999, 83-93.
- Misse, M.: "Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria 'bandido'", *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 79, 2010, 15-38.
- Padovani, G. y Massarolo, J. C.: "Ativismo de dados como uma prática social nas plataformas", en: Braighi, A. A. Lessa, C. y Câmara, M. T. (orgs.): *Interfaces do Midiativismo: do conceito à prática*, Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018, 575-589.
- Palmeira, M. y Heredia, B.: *Política Ambígua*, Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará. Núcleo de Antropologia da Política (NuAP), 2010.
- Renoldi, B.: "Organización, crimen y acción: relatos policiales de la Triple Frontera", en: Barreira, C., Sá, L. y Aquino, J.: *Violência, ilegalismos e lugares morais*, Campinas: Pontes de Campinas, 2014a, 479-507.
- Renoldi, B.: "El secreto, el informante y la información: indagaciones reflexivas sobre la etnografía y la investigación policial", en: Guber, R.

(comp.): *Prácticas etnográficas. Ejercicios de reflexividad de antropólogas de campo*, Buenos Aires: Miño y Dávila, 2014b, 113-137.

Renoldi, B.: *Carne de carátula: experiencias etnográficas de investigación, juzgamiento y narcotráfico*, La Plata: Al Margen, 2013.

Riles, A.: *The network inside out*, Ann Arbor: University of Michigan Press, 2000.

Rivoir, A. L. y Morales, M. J. (comps.): *Tecnologías digitales. Miradas críticas de la apropiación en América Latina*, Buenos Aires: Clacso, 2019.

Robben A.: "Enemigos y aliados contra indiferentes e indecibles: lo siniestro en la guerra sucia argentina", *Anuario de Estudios en Antropología Social*, 2004, 145-159.

Sá, L.: "A favela é uma arma: considerações antropológicas sobre campos em fuga", en: Barbosa, A., Renoldi, B. y Verissimo M. (comps.): *(I)legal: etnografias em uma fronteira difusa*, Niterói: EdUFF, 2013, 121-140.

Strathern, M.: *O Gênero da Dádiva*, Campinas: Editora da Unicamp, 2006 [1988].

Tarde, G.: *Monadologia e Sociologia*, Petrópolis: Vozes, 2003 [1895].

Tsing, A.: *Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno*, Brasília: IEB Mil Folha, 2019.

Viveiros de Castro, E.: "El Nativo Relativo", *Avá*, 29, 2016, 29-69.

Viveiros de Castro, E.: "O conceito de sociedade em antropologia", en: *A inconstância da alma selvagem*, São Paulo: Cosac & Naify, 2002, 297-316.

Wagner, R.: *La invención de la cultura*, Madrid: Nola, 2019.